

PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE NA VISÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PERIMETRAL

José Newton Costa [1]
Julio César Rodríguez Tello [2]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Introdução

O Estado do Amapá mantém praticamente intacta sua cobertura florestal. O fato de ter apenas 4% das áreas de floresta densa alterada e de possuir 54,85% de seu território demarcado como Áreas Protegidas, lhe confere, o título de Estado mais preservado da Federação Brasileira.

A criação de Unidades de Conservação (UC) é uma estratégia política adotada, em termos globais, como uma forma de possibilitar a conservação dos ecossistemas naturais, por ser considerada a via mais efetiva de proteção dos processos ecológicos fundamentais.

A Unidade de Conservação Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PARNA Montanhas do Tumucumaque), criada em 2002, com 3.867.000 milhões de hectares, é a maior unidade de conservação de proteção integral do País e o maior Parque Nacional em área de floresta tropical do mundo, correspondendo a 26,95% do território do Estado do Amapá. Sua criação foi acompanhada de questionamentos, dos quais, os mais freqüentes, dizem respeito à verdadeira proposta do Governo, às conseqüências dessa criação para a economia do Estado e para a população do entorno daquela demarcação.

A criação de 26 assentamentos rurais, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Amapá (INCRA-AP) a partir de 1995, ocupou cerca de 11% da área total do Estado, com 1.572.872,00 hectares com o assentamento de 6841 famílias. Dados mais recentes da divisão técnica do INCRA/AP (2006) mostram que muitos dos assentamentos foram criados próximos às Unidades de Conservação e das Terras Indígenas e maioria em áreas não antropizadas (Figura 1).

Sendo assim, questionam-se os efeitos dos assentamentos na conservação das Áreas Protegidas do Estado do Amapá e o impacto negativo que poderão representar nos índices das taxas de desmatamento.

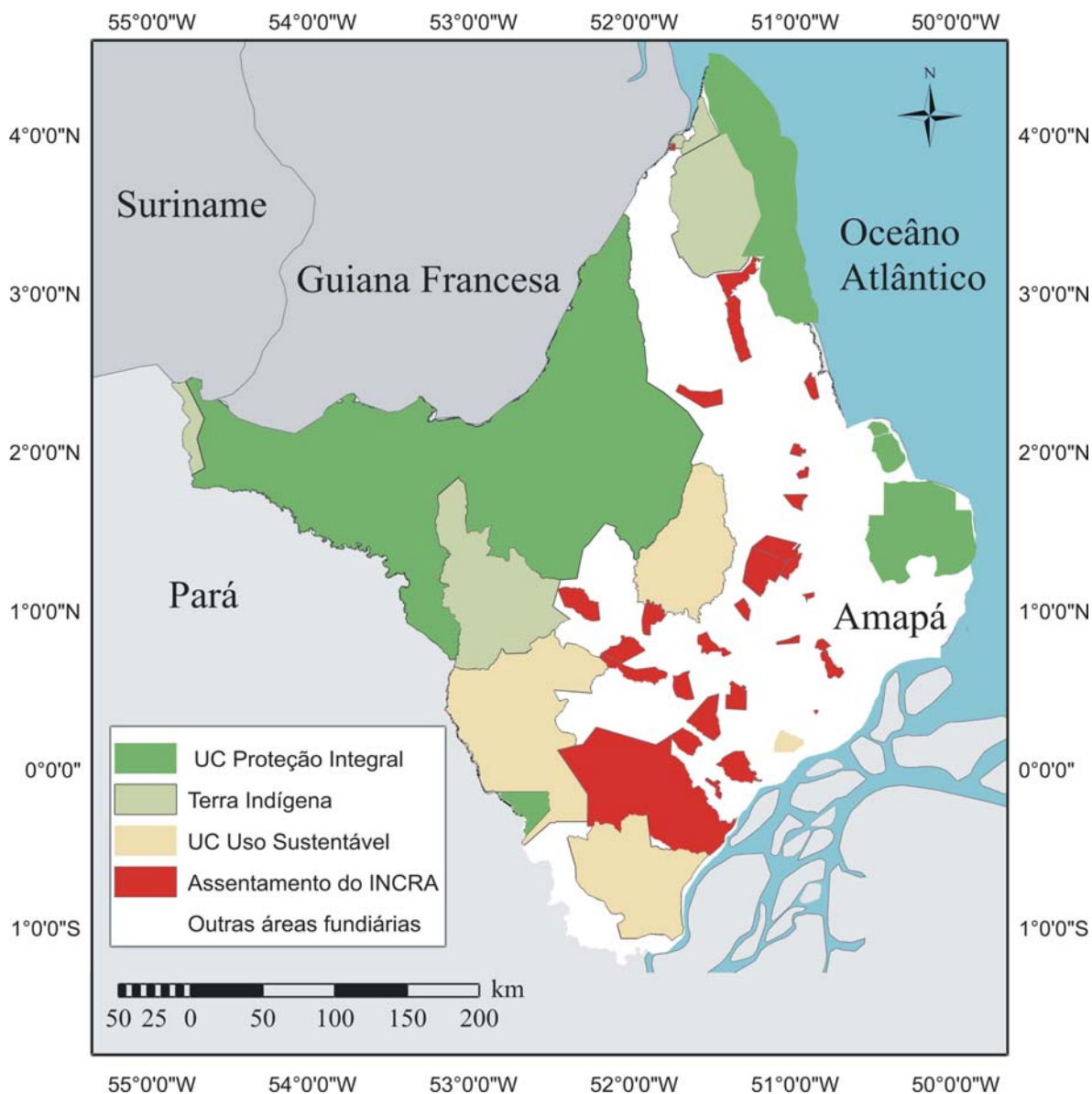


Figura 1: Mapa das Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas e dos assentamentos Rurais do Estado do Amapá.

Fonte: Divisão Técnica INCRA/AP, elaborado no *software* de geoprocessamento Geomídia, 2006.

A questão motivadora da realização deste estudo foi analisar a visão da gestão ambiental, a partir da percepção ambiental dos produtores rurais do Assentamento Perimetral, no entorno do PARNA Montanhas do Tumucumaque, a maneira como se relacionam com a Unidade de Conservação e como a existência do Parque passou a alterar a vida desses produtores, a fim de subsidiar a elaboração do plano de manejo e gestão do entorno do referido Parque.

Revisão de literatura

Se quisermos entender melhor as relações entre o homem e o meio ambiente, é necessário estudar a percepção, interpretação e valoração que ele tem desse ambiente, como ele o vê, sente, julga e nele se comporta. É fato que, muitas vezes, as atitudes contra o meio ambiente geram consequências ignoradas, afetando a qualidade de vida, seja no presente ou num futuro próximo.

No entanto, o meio ambiente e a cultura determinam, também, a vida das pessoas. Os homens, enquanto seres sociais compartilham sonhos, emoções, conquistas. Há comportamentos adquiridos que são passados de geração a geração, sendo vistos como naturais e corretos; se foi realizado pelos antepassados e nada aconteceu de prejudicial com o meio ambiente, então é pertinente que se o execute, ainda, no presente.

As pessoas, na visão de Okamoto (2002), não são apenas um organismo biológico, mas são também seres sociais e indivíduos únicos. É bom ressaltar que, embora o homem seja um ser social, cada indivíduo tem suas visões do mundo, únicas, e nenhuma dessas visões pode ser desprezada ou entendida como sem valor.

Pode-se afirmar, também, ser homem formado por dois universos: um exterior e outro interior. O primeiro está em constante processo de adaptação ao meio, o segundo é visto através das respostas que interpretam a realidade. Energias de todas as ordens chegam a todo instante, e isso faz com que surjam constantes estímulos ao sistema sensorial dando informações sobre o meio ambiente natural, cultural e social.

Krech e Crutchfield, (1980) citados por Okamoto (2002) ao tratar das filtragens dos estímulos mencionados, classificaram-nos em três filtros: sensorial, operativo ou fisiológico e cultural.

Ainda com base em Edward Hall (1966); Bruno Munari (1973); Krech e Crutchfield, (1980) citados por Okamoto (2002) o filtro sensorial varia conforme as aptidões ou a suficiência dos sentidos, ou, até mesmo, da insuficiência desses. Se for algo comum para o homem, ele deixa de notar, de sentir. Quanto ao filtro operativo ou fisiológico, diz-se que é a percepção individual que cada um tem diante de uma mesma situação. Quando todos são expostos ao mesmo ambiente, às mesmas situações, ainda assim, as reações podem ser diferentes, pelo motivo de que cada um pode interpretar a realidade de uma forma especial, particular.

Já o filtro cultural depende da origem familiar, da formação cultural. Os valores, os costumes modificam a forma de ver as coisas, de interpretá-las, de reagir a elas influenciando a visão da realidade. Nessa direção, Tuan (1980, p.286) afirma que: *“As visões do mundo dos analfabetos e das sociedades tradicionais diferem significativamente daquelas dos homens modernos que vivem sob a influência, mesmo indireta, da ciência e da tecnologia”*.

O homem age de acordo com os significados que dá à realidade. A manutenção, o sentido da vida é sustentado por meio dos valores, dos sonhos, dos ideais. A realidade, para ser percebida, não pode estar visando somente à objetividade das características exteriores, mas, também, à sua subjetividade. Só é possível saber da realidade se se levar em conta a influência dos sentimentos e das emoções. A esse respeito Machado (1999, p.96) se manifesta:

Cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas, portanto, de existência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, [...] contribuem para as nossa imagens da natureza, de tudo o que o homem constrói e dele próprio. Todos os tipos de experiências, desde as mais estreitas ligadas com o nosso mundo diário, até aquelas que parecem remotamente distanciados, vêm junto compor o nosso quadro individual da realidade.

Partindo desse princípio, Okamoto (2002) diz que qualquer processo de criação deve levar em conta o ser humano em sua totalidade objetiva e subjetiva, entendendo por estímulos objetivos o som, a cor, a textura, a forma, a luz, fatores através dos quais o homem percebe o ambiente. Os estímulos subjetivos seriam os cinco sentidos: visão, audição, paladar, olfato e tato que influenciam as percepções do homem sobre o ambiente, através dos quais se acredita enxergar a realidade com, predominância aparente do sentido da visão.

Quando se trata da percepção ambiental, a percepção visual também é a mais utilizada, para Oliveira e Machado (2002, p.130), segundo os quais, *“é através da visão que os homens se expressam e se comunicam mais freqüentemente. O mundo moderno é feito de cores e formas principalmente”*.

No entanto, Okamoto (2002, p.21) não concorda plenamente com aqueles autores, enfatizando sua opinião:

O fato de se estar com os olhos abertos não quer dizer que se veja a realidade, pois ela é percebida por meio de conceitos, símbolos mitos etc. Muitas vezes sua apreensão requer uma profundidade de visão maior que a que normalmente se tem.

Segundo Okamoto, portanto, o caminho mais seguro para desvendar a realidade do meio ambiente é a participação direta e intensa do corpo e da mente como um todo.

A percepção através dos sentidos pode ser estimulada pela acuidade perceptiva de acordo com a interação homem-natureza. O homem sabe, instintivamente, a respeito do lugar onde vive. O homem interiorano conhece

particularidades do local em que vive. Hammes (2004c, p.23), reiterando tal afirmação diz:

Quando se dá oportunidade, a percepção sensorial desenvolve-se naqueles que interagem com a natureza. Os pescadores passam a conhecer, de forma instintiva, as particularidades sazonais do ambiente e os hábitos dos animais que lhes interessam.

É bom destacar que o homem só percebe aquilo que tem significado para si, o que atende, de certa forma, às suas necessidades e aos seus interesses. Quando acredita que as pessoas são importantes, que o meio no qual elas vivem é essencial, conseguem melhorar as suas vidas, ordenar novas informações, acrescentar suas contribuições ao seu próprio ambiente.

Dessa forma, o componente reflexivo, adquirido pela experiência, merece consideração, sendo necessário para a tomada de atitudes, e esse conhecimento pode se adquirido através da educação ambiental (EA). Claro que a EA por si só não resolverá os complexos problemas ambientais; ela pode, no entanto influir decisivamente para isso, ao formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Ao formar tais cidadãos, conscientizando-os de que sua participação é importante e mesmo vital para a conservação do meio ambiente, oferece-lhes, também, condições para a melhoria de vida pessoal e em comunidade.

Reigota (2004, p. 11) acredita que a EA deve apontar uma “nova aliança” entre os homens e a natureza, uma educação que se volte para a ética, motivo pelo qual afirma:

Ela [EA] deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetário, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

A ciência não pode agir isoladamente, desprezando o conhecimento da cultura, elemento peculiar do meio em que o homem vive. Quando se alia conhecimento científico e o conhecimento do homem comum, pode-se complementar os conhecimentos incompletos, usados, muitas vezes, equivocadamente, fazendo mal à natureza e, por conseguinte, ao próprio homem.

Não é possível tratar das questões ambientais sem tratar de leis, de direitos, de deveres; mas nada funcionará se não entrar em cena o homem. A afirmação parece questionável, pois, a princípio, o homem não pode ser desvinculado da natureza, mas o que se observa é que, muitas vezes, quando se cria uma Unidade de Conservação, o homem é desconsiderado, o que torna pertinente afirmar que os indivíduos devem fazer parte do cenário das decisões

que envolvem o meio ambiente natural. Soares (2002, p.91) diz, em suas considerações:

Situações complexas como o caso de unidades de conservação onde há moradores dentro de seus limites ou onde há comunidades no entorno que não são os habituais parceiros de atividades de conservação, como assentados de reforma agrária, devem ser considerados em sua totalidade. Só o trabalho que envolve todos os atores sociais pode ter êxito.

Na relação homem-natureza, podem ser destacados dois aspectos fundamentais: uma face positiva, quando a sociedade acredita na possibilidade de utilizar o conhecimento para recuperar o meio ambiente, podendo acontecer o desenvolvimento sem a destruição da natureza; de outro lado, o desejo de dominar a natureza, submetê-la à ganância, ao desejo de alguns homens, tentando viver isoladamente sem estabelecer uma relação com a natureza.

Hammes (2004b, p. 24) faz a seguinte advertência:

Esquecem [os homens] que a Terra possui potencialidades ainda desconhecidas e uma dinâmica própria. A natureza reage sutilmente contra a espécie que a ameaça. Se não houver um retrocesso no processo de degradação ambiental, há fortes indícios de desaparecimento das fontes de água potável, de mudança climática no mundo e de disponibilidade de oxigênio suficiente para manter a biodiversidade e, então, uma nova ordem ecológica se estabelecerá. Urge que a humanidade se conscientize de que é parte integrante da natureza.

Oliveira e Machado (2004) acreditam que há uma gama de possibilidades a serem desvendadas a respeito do meio ambiente e da relação do homem com ele, mas a humanidade já percebeu, às vezes, na própria pele, que a natureza, assim como os homens, reage quando atacada, e será por essa, percepção das realidades ambientais, das atitudes e condutas humanas que se deve contar para a compreensão das transformações ambientais ora em curso.

O mundo moderno deixa cada vez mais para trás os alicerces do mundo natural, para adentrar, um espaço controlado e planejado. Em função desse distanciamento do homem de seu universo natural, perdeu-se o sentimento de integração com a natureza, como se ela fosse somente uma fonte de riqueza da qual se extrai sempre, sem ter o dever de devolver ou dela cuidar.

A visão holística que é a visão de todo e de suas inter-relações é necessária para que se perceba a relação de conjunto, pois as diversas partes da natureza estão interligadas de forma a haver um, equilíbrio entre elas. Nesse

sentido, Oliveira e Machado (2004, p.138) chamam atenção para o fato de que: *“Dentro dessa perspectiva não se pode mais encarar a Terra como dissociada da civilização; somos parte do todo, e olhar para ele significa, em última análise, olhar para nós mesmos”*.

Talvez o maior problema esteja na falsa percepção que o homem tem do ambiente natural, pois muitos acreditam que os problemas ambientais são irrelevantes e dizem respeito apenas a pequenos atos de exploração, quando, ao contrário do que se pensa, a degradação atinge um âmbito global, pois todas as partes do Universo são coesas e pertencem a um mesmo todo.

Com relação ao meio ambiente, a visão dos homens ainda é a de que tudo na Terra é abundante e nunca acabará e que a terra aqui está para servir ao homem. É preciso mudar a maneira de pensar, a humanidade precisa perceber que o planeta Terra e seus habitantes são únicos, com necessidades iguais; assim o que faltar a um, faltará ao outro, num tempo maior ou menor. Então, é preciso que o homem entenda isso antes que ele mesmo próprio desapareça. A humanidade deve, em nome da sua própria existência, passar por profundas mudanças, resolvendo seus conflitos perceptivos, atribuindo outro valor à própria vida no planeta terra.

Material e Métodos

As razões para a seleção do Assentamento Perimetral deu-se em função de o mesmo estar localizado no entorno do PARNA Montanhas do Tumucumaque e pelo fato de que os produtores se utilizavam dos recursos naturais daquele local antes da criação do parque em questão. (Figura 2).

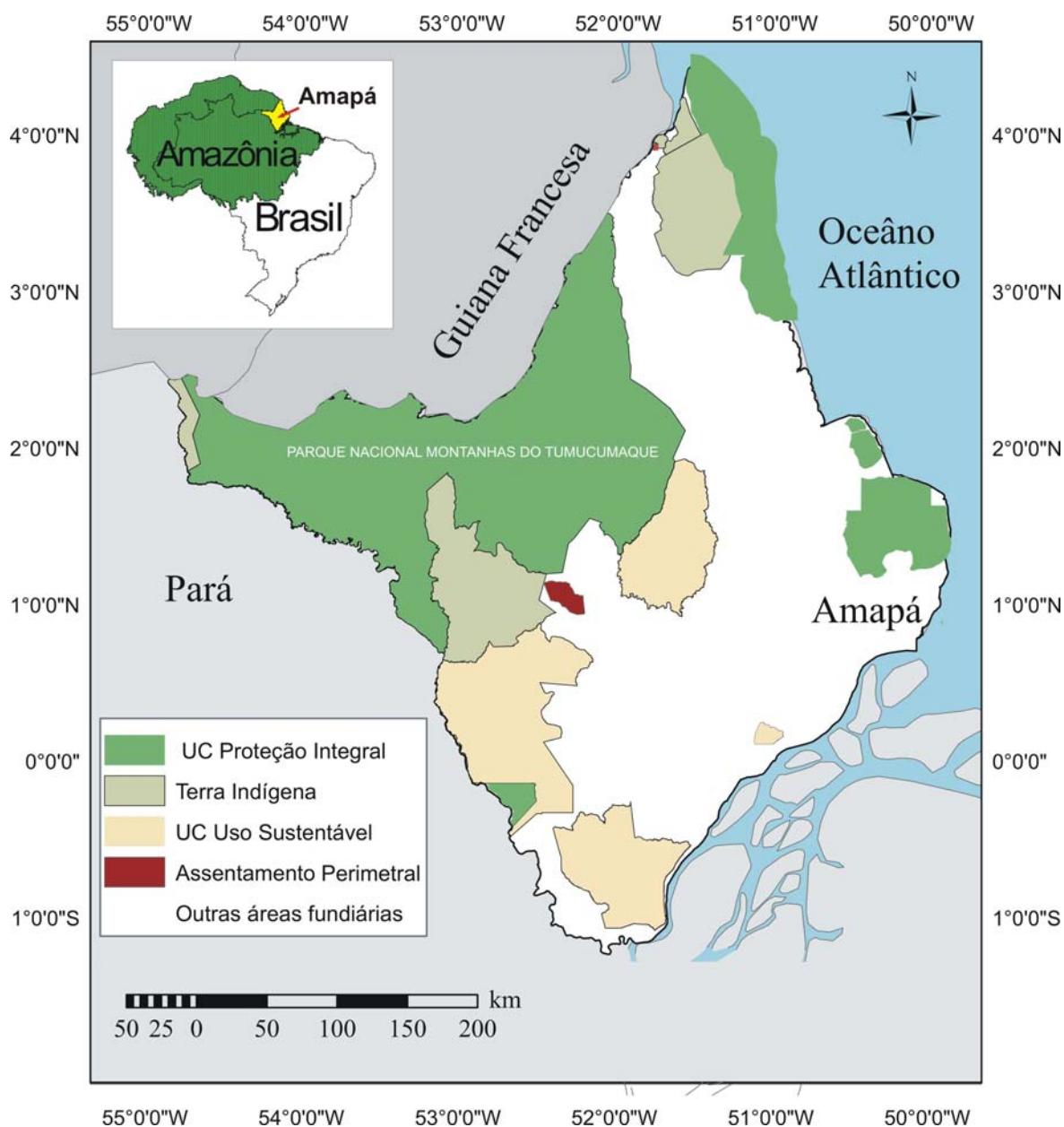


Figura 2: Mapa das Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas do Estado do Amapá, com localização do assentamento estudado.

FONTE: MMA/IBAMA-AP, GEA/SEMA (2005) - adaptado pelo autor.

O assentamento Perimetral teve sua criação através da Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nº 00290, de 01/04/1987, e se encontra localizado no município de Pedra Branca do Amapari, a 70 km da sede do município e a 244 km da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, correspondendo à longitude 52° 28' 34,4" W, e à latitude 01° 05' 13,1" N.

Para Lincoln e Guba (1985), em pesquisas qualitativas feitas com atores sociais, raramente é possível se estabelecer um percentual ou um número exato de participantes. Entretanto, esse acompanhamento do universo de entrevistas foi realizado por meio de uma curva de correlação entre o número de repetições observadas nas respostas aos instrumentos utilizados e o número de entrevistados. Com isso, determina-se o “ponto de redundância”, ou seja, o momento exato para o encerramento das pesquisas, pois a coleta de novas informações já não contribuiriam para a modificação dos cenários retratados.

Na pesquisa foram realizadas 21 entrevistas semi-estruturadas, que tiveram a finalidade de analisar a visão da gestão ambiental, a partir da percepção ambiental dos produtores rurais do Assentamento Perimetral, a fim de subsidiar a elaboração do plano de manejo e gestão do entorno do parque.

A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas deixando que os entrevistados se expressassem livremente sobre os tópicos da pesquisa, e gravadas quando permitido, além da, observação participante, através do contato direto pesquisador/entrevistado.

No trabalho de campo foram utilizados materiais como: roteiro para entrevistas semi-estruturadas, gravador portátil digital e máquina fotográfica digital. Para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas na íntegra e, em seguida, procedeu-se a uma leitura criteriosa, daquele material, na perspectiva de encontrar as respostas almejadas pelos objetivos do trabalho. Na seqüência, foram escolhidas as unidades de registro e as unidades de contexto, técnicas essas importantes para trabalhar os conteúdos. A análise de conteúdos abrange as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação (MINAYO, 2004).

Demo (2001) cita que a pesquisa qualitativa se volta para uma realidade que não pode ser quantificada. Ela se volta para os valores, as crenças, os sentimentos, as relações pessoais, suas reflexões e a construção de seus saberes. Então, quando se faz a opção pela pesquisa qualitativa, volta-se para uma realidade que não pode ser medida. O que se pretende é adentrar o mundo dos significados, dos motivos. Neste estudo, o viés qualitativo pode ser percebido quando se trabalha a questão da visão da gestão ambiental, a partir da percepção ambiental dos produtores rurais do Assentamento Perimetral e a percepção que os produtores do entorno do Parque têm em relação a ele.

Resultados e discussão

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: a gestão na visão dos produtores.

Nos últimos dois séculos, o mundo presenciou a aceleração das modificações e da destruição impostas aos ambientes naturais. Como forma de resolver os problemas, tem-se recorrido ao estabelecimento de unidades de conservação. Entretanto, a criação e gestão dessas unidades de conservação são efetuadas sem a participação das comunidades do entorno.

Segundo Brito (2003) as conseqüências são resultados diferentes das intenções. Destarte, a sociedade, por desconhecer essas áreas, não usufrui delas, não compreende sua criação, não participa de sua gestão, portanto, não as defende e, nem mesmo a aceita. E, essa afirmação é tão verdadeira que o PARNA Montanhas do Tumucumaque para alguns produtores nada representava porque eles desconheciam o parque, nunca haviam entraram nele e, dessa forma, não o viam como algo importante para a sua vida. Um dos entrevistados diz, quando perguntado da importância do parque: *“Eu não sei responder essa pergunta, porque eu não sei o que significa a criação desse parque.”* (F.T.S., 57 anos). É certo que, sem saber o que significa, torna-se quase impossível criar laços, ou considerar que seja algo necessário e positivo.

Dos 21 entrevistados a respeito do PARNA Montanhas do Tumucumaque 06 disseram que não o conheciam que não nada sabiam a seu respeito. Fica claro, então, que a educação ambiental é fator decisivo quando da implantação de um parque, pois do contrário, continuarão a existir situações como essa, de pessoas morando no entorno de uma unidade de conservação, sem saber da importância que ela tem para a sua vida em particular e para o mundo como um todo..

O desconhecimento e a desinformação são um mal a ser combatido se, de fato, se quiser a conservação do meio ambiente. Alguns dos moradores afirmam: *“Devido a minha leitura ser pouca, eu não entendo muito sobre o parque”*; *“Eu não tenho conhecimento disso aí não, mas assim eu acho que é bom.”* (A.P.S., 37 anos). Essas afirmações demonstraram certo descaso em relação ao parque, e “eu acho que é bom” não passa de uma maneira simples de sair-se de uma pergunta sobre algo que se desconhece.

Colocar uma redoma em torno do Parque, como fez com sua rosa o Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, não parece ser a solução. As pessoas não entram no parque, tampouco o conhecem; as pessoas não o devastam, mas também não se interessam em mantê-lo, as pessoas não o exploram, mas também desconhecem a sua importância.

Em suma, cercou-se a natureza, mas o homem não participou dessa luta pela conservação e, assim, nada acrescentou ao seu “mundo”. Ficam, então, as perguntas: A mudança acontecerá? A conservação virá de fato? Essa parece ser

a grande incógnita a ser respondida no futuro com as ações do presente, cuja tendência pode ser percebida nas respostas seguintes.

Dos entrevistados, 08 se voltaram para a questão da conservação do meio ambiente, quando perguntados sobre o que pensavam a respeito do parque. Percebeu-se que esses produtores já possuíam uma preocupação maior com a sobrevivência do homem e dos seus descendentes, conforme os dizeres de alguns deles:

Sim, porque é uma segurança pro resto do mundo e pra nós que moramos aqui. Se nós formos derrubar toda a mata o mundo se acaba. (P.P.A., 60 anos).

Eu como brasileiro posso dizer que sim, porque o parque é melhor forma que já foi inventada pra preservar uma área, pra no futuro, meus filhos, meus netos, meus bisnetos vê o que já possuiu. (A.E.S., 47 anos).

A preocupação com a geração futura, com a herança a ser deixada pelos seres humanos presentes aos seus herdeiros faz parte do pensamento dos produtores do entorno. Mas, o que se percebe no momento, é que a herança deixada aos futuros habitantes deste planeta é desastrosa, exatamente porque a “velha opinião” de abundância ainda persiste, a idéia de que o homem pode interferir quando e como quiser é verdadeira para muitos. Durante muito tempo, pensou-se na fauna e na flora como inacabáveis, inesgotáveis. Qual foi a atitude do homem diante disso? Retirar sem devolver, devastar sem procurar conhecer os impactos que causaria tal atitude ao ecossistema. E se perguntarmos qual é a atitude do homem hoje diante de uma natureza fragilizada, violada, teremos como resposta, a mesma de antes. O homem continua desmatando, queimando, destruindo incansavelmente.

Nos relatos dos produtores, quando perguntados sobre pontos positivos, timidamente apontam para um futuro que valoriza a vida em primeiro plano, mas muito ainda resta a fazer, como pode ser constatado, para que a herança deixada seja de fartura, de beleza, de preservação.

Para Marx (1993, p. 164), “*O homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer*”. Considerar que o homem está fora do problema do meio ambiente, é ser ingênuo e não querer de fato a conservação. Poucos são os que têm a percepção de que estão ligados homem-natureza. Apenas 01 dos entrevistados afirmou: “*É importante porque eu acho que preserva mais a natureza, e nós fazemos um pouco de parte. Mas é importante porque preservar a natureza é muito bom.*” (A.B.C., 24). **[grifo nosso]**.

O ser humano é sempre um ser ativo, só não quando o assunto é meio ambiente, ele se mostra quase sempre passivo para resolver ou enfrentar um

problema. Talvez isso se dê porque o homem tem o sentimento de pertencer somente a um lugar específico, o seja sua casa, seu sítio, sua fazenda. Para Okamoto (2002, p.236):

Em nossa cultura, o cidadão acredita que, com exceção de sua moradia, o resto pertence aos vizinhos, à escola, ao clube ou à Prefeitura. Esses espaços externos tornam-se impessoais e são tratados com indiferença, ficando, como consequência, cada vez mais tênue o sentido afetivo entre esses locais e a vida das pessoas.

Essa situação é bem representada nas respostas de muitos produtores, quando afirmam a importância da conservação, vêem a natureza como algo que merece respeito, mas não se sentem extensão dela, não acham que o PARNA Montanhas do Tumucumaque tenha significado de fato para eles, para seus familiares, para a vida, enfim. Assim é que um dos entrevistados, quando perguntado da importância do parque respondeu: “*Só a preservação.*” (R. N., 48 anos). Estas palavras nos remetem à não-importância que ele atribui ao seu parque, pois na sua percepção, a preservação é algo insignificante, por isso não lhe merece maior atenção.

Valores, educação, saúde, políticas públicas, esta é uma realidade necessária no Assentamento Perimetral, pois os produtores não sabem como vão sobreviver se forem retirados dali ou, mesmo, não sabem o que de fato podem fazer para melhorar suas condições de vida. Por isso a afirmação de “*só a preservação*” é preocupante, pois quando o ser humano acredita que preservar é algo pequeno, ínfimo, está a caminho da destruição.

Outro fator relevante para mostrar a percepção dos produtores a respeito do PARNA Montanhas do Tumucumaque é a preocupação que os produtores têm de perder seus terrenos. Eles se sentem inseguros, como se estivessem num lugar sem luz, sem conseguir ver a claridade; é como se estivessem tateando na escuridão da desinformação, por isso, sentem medo, insegurança. Para eles, o parque representa a possibilidade de ampliação dos limites o que lhes tomariam terras, por isso afirmam: “*a importância é ele ficar do onde ele está pra lá, pra cá não tem importância, afinal querem tomar os terrenos dos agricultores.*” (J.T.S., 59 anos).

Percebe-se que existe uma grande dúvida a respeito do seu bem maior, a terra, o homem se sente preterido, a ponto de afirmar a respeito do parque: “*Ele veio atrapalhar o nosso trabalho, pois nós somos agricultores e precisamos de terra pra trabalhar.*” (J.J.S., 49 anos).

Em várias entrevistas nota-se o apego dos agricultores a terra, pois muitas vezes afirmam: “*esse nosso chão, as nossas terras*”. Eles a percebem como terra de trabalho, demonstrando afeição, valor, e a possibilidade de ser dono do próprio chão. Na voz deles:

O que tem de bom aqui, de está aqui, de morar aqui, é devido eu está morando dentro de um pedaço de chão, e bato no peito dizendo que é meu, porque eu tô pagando a terra e quando eu terminar de pagar aí eu já posso gritar na certeza de que é meu, mas por enquanto eu tô pagando, mas já posso dizer que é meu um pouco. (F.S., 54 anos).

A maioria deles sempre lidou com a terra, principalmente com a agricultura, o que justifica esse sentimento de posse diante do solo onde planta. É comum haver este laço, este vínculo emocional do homem com a terra, pois ela representa familiaridade, tranquilidade, a certeza de alimentação e a conseqüente segurança. Esse mesmo sentimento de pertença invade o homem do campo, da terra; embora haja desencontros, desencantos, ainda assim a terra é parte dele e de sua vida. Doob (1952) citado por Tuan (1983, p.172) diz:

Pátria é antes de tudo a mãe-terra que deu vida ao nosso povo e raça, que é o solo sagrado e que engole as nuvens de Deus, o sol e as tempestades, de modo que, junto com sua força misteriosa, prepara o pão e o vinho que colocamos em nossa mesa e nos dá força para levar uma boa vida.

Esse pensamento pode ser observado nos produtores do assentamento, que não entendem o motivo pelo qual estão dissociados do parque, o motivo por que, aparentemente, a Unidade de Conservação é superior a eles. Na percepção desses produtores, a Unidade de Conservação faz parte da terra, tanto quanto a natureza á sua volta.

É perceptível a insegurança quanto à presença desses produtores do assentamento no entorno. Um entrevistado diz, enfaticamente: “*eles preservam a natureza, mas põem em extinção o homem, pois não dão nenhum recurso ou mesmo uma solução para os produtores daqui.*” (C.F. B., 54 anos); e, também, “*nós não podemos pescar e tomar banho no rio que está proibido, e isso eu acho um absurdo.*” (R. N., 48 anos).

Um dos produtores manifesta esta tristeza de não saber o seu destino:

em minha opinião quando isso surgir de verdade eu tô achando que eles vão tomar esse pedaço de chão nosso aqui, [...] que desse pedaço de chão aqui nós vamos ser expulsos, [...] a terra tá toda documentada em seu nome e perder de graça pro **militarismo** e ser expulso pra um lugar onde não tem lugar pra ganhar o pão de cada dia, isso dói de matar a gente [**grifo nosso**]. (F.S., 54 anos).

A percepção que esse produtor tem do parque é que ele representa o militarismo, exatamente porque foi criado de cima para baixo, aliás, como quase tudo nesse país. Não se consulta a comunidade para saber as suas expectativas, os seus anseios, simplesmente, assina-se o documento e faz-se o parque, deixando à margem o povo do lugar.

O estabelecimento do parque significou, para essa população, aumento de restrições no uso dos recursos naturais que inviabilizam sua sobrevivência. Paradoxalmente, grande parte do orçamento destinado às unidades de conservação é utilizado para promover a fiscalização e a repressão. Quem mais sofre tais repressões são, justamente, os produtores do entorno que adentram, o parque para retirar recursos naturais à sua sobrevivência. Pouco são os investimentos dos órgãos públicos para melhorar as condições de vida da população que, na realidade, vive com medo de perder o pouco que tem – a sua terra.

É o “*mito moderno da natureza intocada*” descrita por Diegues (2004), áreas protegidas, consideradas pelo ecologismo preservacionista como o paraíso, um espaço desabitado, e que a natureza deve ser conservada virgem e intocada.

No entanto, nem sempre a criação de Unidades de Conservação consegue, de fato, o seu objetivo, visto que o povo está fora, é desconsiderado, causando insegurança e impedindo o desenvolvimento das comunidades humanas. O homem precisa sobreviver, saber como vai manter a si e a sua família, não pode viver eternamente sem saber o que acontecerá com ele. Oliveira e Machado (2004, p.188) alertam que:

O homem, ao se estabelecer em uma área para construir sua moradia, realizar suas atividades produtivas e até mesmo de lazer, inevitavelmente altera o ambiente. A visão do homem como vilão da história, como destruidor da natureza e predador dos recursos naturais é repudiada na atualidade. O homem é parte do sistema, sendo um de seus componentes, agindo e interagindo com os demais.

Tudo o que se espera é que haja uma maior conscientização por parte dos seres humanos de que tal cuidado não significa expulsá-los do paraíso sem direito a nada, sem dar perspectivas de vida, pois para cada efeito direto surgem outros efeitos indiretos. Quando o Governo libera verbas para serem investidas na agricultura e as mesmas não são repassadas ao produtor, ele sofre as conseqüências, já que deixa de produzir mais e viver com mais qualidade, além de se sentir incapaz e inseguro.

Essa queixa é apontada por um dos moradores do assentamento, dizendo que só pode contar com a ajuda do Governo Estadual porque, do Governo Federal, nas palavras dele:

a gente não tem apoio, hoje o que ocorre é o desvio né, a gente vê na televisão o governo federal é tanto milhões pra Macapá, tantos milhões pro Pará, uma certa quantidade de dinheiro e a gente produtor não participa, não tem esse recurso quando chega pra gente é tanta dificuldade, tanta exigência, termina as pessoas desistindo. (E. J. S., 44 anos).

Segundo Jorge (2003), a consequência disto é que grande parte dos assentamentos hoje não respondem às expectativas de melhoria da qualidade de vida sonhada pelos assentados. As condições dos assentamentos no Amapá são, em geral, as mesmas dos outros Estados da Amazônia. Jorge (2003) ainda chama a atenção para os problemas ambientais que eles estão causando principalmente os desmatamentos e aumento de focos de incêndio nos estornos das unidades de conservação do Amapá.

A preocupação inicial que motivou a criação de Áreas Protegidas no país, como os parques nacionais, seguiu uma tendência mundial tendo, como referência os Estados Unidos, relacionava-se à preservação da natureza em si, e para tanto se acreditava necessário mantê-las livres de qualquer interferência humana, sem, no entanto, mostrar nenhuma preocupação com respeito às populações habitantes nessas áreas ou localizadas no seu entorno.

Como afirma Diegues (2004), tanto aqui como lá, o objetivo é conservar uma área natural contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se preocupar que grande parte dessas áreas, já era habitada por populações que viviam de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e, portanto, com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas. Todavia são essas pessoas as que mais sofrem a repressão para se preservar a natureza, enquanto os verdadeiros vilões do meio ambiente ficam impunes.

Educação ambiental: necessidade e direito

O assunto da questão ambiental tem sido bastante discutido, as pessoas buscando encontrar soluções, porém qualquer caminho encontrado apontará para uma relação da pessoa com o ambiente, devendo levar em conta como esse laço acontece, como está configurado e qual a possibilidade de mudança.

Para Reigota (2001) a educação ambiental proposta às populações circunvizinhas a áreas naturais pode ser extremamente importante na medida em que proporciona o conhecimento e possibilita a sensibilização para a conservação. Os projetos não podem voltar-se somente para a conservação, devem buscar a transmissão de conceitos ecológicos, incentivando a inclusão de todos os segmentos das comunidades locais para, dessa forma, trazer novos valores voltados à conservação e à aceitação daquela população.

Pensando nestes que estão chegando e que receberão um planeta com imensos problemas ambientais, têm-se criado inúmeras leis ambientais de

regulamentação de uso para proteção do meio ambiente. Apenas isso, no entanto, é insuficiente para que os herdeiros da terra a tenham sã e salva; é preciso que as leis saiam do papel e sejam de fato executadas e fiscalizadas.

Para Tozoni-Reis (2004) a educação ambiental tem um papel fundamental na construção de novos valores, na tomada de novas atitudes, na modificação de costumes, na internalização das leis. Porém, na comunidade dos produtores rurais do Assentamento Perimetral, no entorno do PARNA Montanhas do Tumucumaque, na fala dos produtores, constatou-se uma realidade de educação ambiental inexistente, pois somente 04 dizem ter participado de atividades dessa ordem, mas quando se analisa, fica evidente que se trata apenas de palavras ditas sem a eficiência do exemplo posto em prática.

Quando perguntados se já haviam participado de alguma atividade de educação ambiental, 15 dos produtores responderam que não, nunca haviam tido atividades com esta finalidade; 02 não responderam à pergunta, 01 disse já haver participado, mas não lembrava; 03 afirmaram ter participado, mas o que se observa em seus dizeres é que foram atividades sem objetivos determinados, sem seqüência. Um dos entrevistados afirmou: “O *INCRA* aqui mexe praticamente com questão sobre cultura, ele joga aí e pronto.” (E.G.S., 60 anos).

É ponto questionável uma atividade de educação, cujo conteúdo é a questão ambiental, ser simplesmente “jogada” sobre a população a quem interessa. É preciso antes de tudo, sensibilizar, mostrar novas atitudes, novos valores. Não é algo para fazer por desengano de consciência, mas para buscar resultados efetivos.

Em alguns estudos analisados por Tozoni-Reis (2004) foram mostrados que a combinação de ganhos cognitivos deve estar relacionada a um processo de sensibilização, proporcionando novos valores. O conhecimento, por si só, não traz mudanças, pois o indivíduo pode optar por se comportar de acordo com os seus interesses e não em prol do seu meio. Ainda para Tozoni-Reis (2004), é preciso uma nova visão, um novo paradigma que respeite o ambiente e a si próprio e esteja diretamente ligado à instauração de novos valores, o que proporcionará interesse e autoconfiança. Como, conseqüência transformará o indivíduo que se coloca como agente, que ousa, manifesta-se, enfim, transforma-se, renova-se e aprende a conviver harmonicamente com a natureza.

A própria escola deve se voltar para a questão ambiental e, pelo que se percebe, ela até tenta fazer alguma atividade, mas sem muito cuidado, segundo um entrevistado:

Sim, sim, na escola do meu menino, eu sempre vou pra lá aí eles indicam tudo direitinho, como mexer em pedaços pequenos, mexer mesmo com a mão que não vem ajuda do governo, a gente tem que mexer é com as enxadas, picão e vai fazendo. (F.S., 54 anos).

A orientação que eles recebem é de não esperar pelo maquinário do Governo, mas agir dentro da legalidade, da forma como for possível. Infelizmente, a posição das escolas no assentamento é apenas a de transmitir conhecimento unilateralmente, tais como geografia e biologia. Nesse sentido, Reigota (2001) enfatiza que a educação deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas, no seu contexto de realidade específica. A escola pode trabalhar não só com a transmissão de conhecimentos, mas apontar ao produtor do entorno uma atuação construtiva para com a natureza e para consigo mesmo.

É fato que esses produtores do assentamento desenvolvem, ainda, como em muitas regiões do Amazonas, a cultura da farinha, do roçado, da plantação para sobreviver, como não podem desmatar, ficam sem ter como resolver o problema de sua alimentação. A educação ambiental também pode contribuir neste sentido, apontando outras possibilidades de trabalho. É preciso não apenas implantar unidades de conservação, mas também oferecer novas perspectivas ao homem que está próximo delas e que, até então vivia contando com essa área.

Muito tem se falado em desenvolvimento sustentável, mas na prática ainda está longe de acontecer efetivamente. Quando da implantação de unidades de conservação, já se deveria, pensar no educador ambiental, que não precisa ser exatamente um professor, mas pode ser alguém da comunidade com disposição de conservar, com consciência política e conhecimento da terra em questão. Ao contrário do que se pensa, a educação ambiental não está voltada diretamente para o produtor da região, mas deve ter relações, também, com o lado social, político, econômico, é a educação no sentido amplo. Segundo Hammes (2004a, p.30):

Identifica-se o educador ambiental como aquele ser “semeador”, “um referencial prático” na defesa do meio ambiente, pois não basta o discurso. Ele percebe a dificuldade da comunidade em se dispor e mudar seus costumes e empreende-se em ações que promovam a alteração de valores com vistas à melhoria da qualidade de vida no ambiente próximo. O apoio emocional e racional contribui efetivamente para o fortalecimento da cidadania, com liberdade de escolha ante as novas possibilidades “construídas” pela coletividade.

É interessante notar que quando os produtores foram questionados a respeito do que fazer para proteger o meio ambiente, as respostas demonstram vontade de conservar o ambiente, embora eles não achem justo o parque ser a prioridade em detrimento deles. Assim, em resposta à pergunta anterior, 04 entrevistados disseram que a natureza deve ser conservada, mas deve também valorizar o homem; 04 apontaram a mecanização como instrumento importante para a preservação; 01 solicitou mais fiscalização do IBAMA, 01 falou que deveria haver mais vigias e 01 falou que deve contar como o apoio dos agricultores; 03 solicitaram investimento do governo; 01 disse que é necessária a educação

ambiental; 05 não responderam a pergunta e 01 respondeu de modo vago dizendo apenas para preservar, sem, sugerir como isso poderia ser feito.

Considerar que o homem tem preocupações consigo, com o seu destino, com a sua sobrevivência, é algo natural e importante. Diante disso, 04 produtores afirmaram que se deve preservar a natureza, mas deve-se também valorizar o homem. Eles dizem: “*Ex: no lugar do agricultor sair desmatando a floresta para o seu plantio, o governo ofereceria uma parte de terra para o nosso trabalho*”; “*o IBAMA tem que fazer a parte dele, dá nosso limite pra trabalhar, porque agente tem direito de fazer nosso pedaço de roça, nós convivemos aqui, o pessoal daqui trabalha consciente, dentro do limite.*” (E.P.S., 51 anos).

Neste, processo de investigação, fica clara a idéia de separação parque/homem. O parque fica para lá, os assentados para cá, não se tem uma relação, ao contrário, em várias respostas, inclusive de diferentes perguntas, os produtores manifestam o medo de perder o “*seu lugar, a sua terra*” para o parque. Mais uma vez, essa tensão pode ser percebida na fala de um produtor:

Rapaz, o medo que meu pessoal tem, é que seja muita vontade **desse negócio aí**, que aí vai ser preservada a natureza, não tem jeito, que eles não vão querer que a gente desmate como eles já não tão querendo mesmo, [...] que a gente aqui vive da agricultura mesmo, se não tiver a roça da gente agente não come. **[grifo nosso]** (A.P.S., 37 anos).

Parece, na visão do produtor, que ele não vê com bons olhos o parque, considerando que nem sequer lhe menciona o nome referindo-se a ele simplesmente como: “*desse negócio aí.*” (A.P.S., 37 anos). É uma forma de mostrar a pouca de algo que não é benquisto. Quando não há simpatia por uma pessoa, refere-se a ela dizendo: “*é uma fulana*”. Dessa mesma forma, com esse mesmo desdém, o produtor se volta para o parque, sem nem mesmo pronunciar o seu nome, como se lhe fosse algo insuportável, pois acha que não terá como sobreviver, como afirma na fala registrada.

Tal manifestação é importante para fazer sentir que algum trabalho deve ser desenvolvido nessa comunidade, a fim de apontar soluções. Os produtores estão perdidos, não conseguem encontrar uma saída para os seus problemas, ou melhor, até o conseguem, mas precisarão da ajuda de alguém de fora. Se considerar que 04 entrevistados solicitaram a mecanização e 03 pediram ajuda do Governo, então já existem 07 indivíduos apontando uma solução centrada no próprio Governo.

Quanto aos produtores que solicitaram a mecanização, eles acreditam que se houver máquinas para arar, revolver a terra, não será necessário que adentrem a mata virgem, pois com a mecanização eles poderiam utilizar o mesmo lugar por muito tempo, nas áreas denominadas capoeira.

Esse tipo de área, segundo Begossi (2004), é de *vegetação secundária que nasce após a derrubada de florestas primária*. Logo, seria possível derrubar sem usar moto-serra apenas com machado e com as máquinas, teriam terra para cultivar suas plantações, principalmente, ter o seu roçado de mandioca e macaxeira para fazer farinha que é bastante presente na vida desta comunidade.

A fala de um dos entrevistados mostrou, claramente, como, na visão deles, a mecanização é a saída para a conservação do parque e para a sobrevivência das pessoas que vivem na região:

Se o Governo Federal me der um apoio, eu não necessito derrubar nenhuma árvore e nem quero derrubar, que tem capoeira que dá pra gente viver esse resto, se tiver máquinas, por exemplo, o cidadão tem 10 hectares, um capoeirão, ele não precisa de muita despesa pra derrubar, ele mesmo derruba manual, não depende de motor serra, uma capoeira de 5 e 6 anos derruba na força, machado vai embora, então o que acontece depois de queimar se tiver como, se tiver recurso, uma condição pro agricultor gradear aquela terra, ele vai dar mais produção e a natureza continua firme. (E.J.S., 44 anos).

Nos dizeres acima, fica evidenciado que, para os produtores, a capoeira pode ser devastada porque é fácil de derrubar e, já que foi derrubada uma vez, pode ser derrubada novamente. Há também a idéia de que esse tipo de mata não tem tanta importância, uma vez que na visão dos produtores, tal área não se apresenta como floresta, para eles, só as árvores grandes configuram natureza, tanto assim que, na mesma fala, o agricultor diz que derrubando a capoeira a natureza "*continuará firme*".

Essa idéia é equivocada, pois, segundo Hammes (2004b), as plantas da capoeira acumulam os principais nutrientes necessários à produção vegetal; acumulam carbono por conta do tipo de cobertura do solo que exhibe valores mais elevados que o normal, além de contribuir para a manutenção de nutrientes no sistema. Todos esses fatores mostram que a capoeira tem um relevante papel na questão ambiental, embora apareça aos olhos de muita gente, inclusive para os produtores do entorno, como mata sem grande importância, por falta da exuberância natural das árvores de grande porte.

Os produtores precisam de uma saída, de uma forma de sobreviver, e essa questão esbarra, novamente, em políticas públicas. O papel do Governo Federal na figura do IBAMA e do INCRA é proporcionar condições dignas de vida aos sujeitos e preservar a natureza. O grande problema é a idéia de que para se resolver um, é preciso eliminar o outro, o que não é necessariamente verdadeiro. Se se fizer um trabalho na e com a comunidade do entorno, promovendo conversas, questionamentos, ouvindo sugestões, como essas apontadas neste trabalho e, principalmente, viabilizando ações que possam de fato ajudar a comunidade a não se sentir prejudicada, abandonada, esquecida, talvez aconteça

a conservação do ambiente sem desconsiderar o indivíduo que pertence ao lugar, evitando dizeres como: *“porque se continuar do jeito que está vai ser uma polêmica porque o IBAMA não quer que derrubem, o parque também foi feito exclusivamente pra isso, pra proteger a natureza, então o apoio ao agricultor vai ficar difícil.”* (E.J. S., 44 anos).

Como resposta a essa mesma pergunta, – o que fazer para proteger o meio ambiente? –, apenas 01 entrevistado se voltou para a educação ambiental, dizendo::

Existe uma falta de conhecimento de preservação, **não é que não tenham consciência, é que não tem conhecimento em preservação**, é a falta de uma educação ambiental. Pra ser sincero tinha que transformar tudo isso aqui no parque, e dá um outro lugar que tivesse condições de trabalhar sem desmatar a natureza. **[grifo nosso]** (A.E.S., 47 anos).

A percepção que o indivíduo possui remete a uma questão importante: o homem tem consciência de que deve conservar, então, isso ele sabe; o problema está em como fazer a conservação e ele próprio sobreviver, se ele é dependente diretamente dessa natureza que “lhe está sendo tirada”. Em outras palavras, quando o entrevistado faz a afirmação acima, está pedindo socorro, ajuda; quer fazer o certo, mas depende de conhecimentos que possam transformar sua vida. Dessa forma, o papel da educação ambiental seria também o de apontar novas possibilidades, outras formas de sobrevivência, quer seja da agricultura, ou ainda, outras formas de ser produtor.

Urgente se faz que medidas sejam tomadas, que os órgãos responsáveis assumam o compromisso com a vida, em todos os seus sentidos. Essas medidas, contudo, não podem ser aleatórias, é preciso ouvir a voz daqueles que clamam por justiça, é preciso saber o que pensam, o que fazem e como se sentem os moradores do entorno da reserva. Só assim será possível tomar as medidas viáveis para a melhoria da qualidade de vida dessa população e garantir a conservação do Parque Montanhas do Tumucumaque. Como isso pode se tornar possível? O caminho mais curto e certo é o da educação ambiental que, nas palavras de Hammes (2004a, p.151).

[...] não pode ser encarada como uma forma de resolver pontualmente os impactos, ou seja, não adianta apenas disponibilizar informações sem propiciar uma participação efetiva das pessoas por meio da sensibilização e de seu engajamento na resolução.

Parece que o PARNA Montanhas do Tumucumaque tentou resolver um problema ambiental, mas, desconsiderou o homem, desconsiderou as causas,

desconsiderou as políticas públicas necessárias quando da implantação de uma Unidade de Conservação. A criação do parque é, sem dúvida, de valor inestimável para o mundo, para os seres humanos, mas seus moradores próximos precisam saber disso; não basta apenas boa intenção, o homem não enxerga o bem de olhos vendados, e os produtores do entorno estão, assim, cegos para o benefício que o parque lhes traz. Basta ver que em sua fala eles admitem que a natureza deva ser conservada, desde que não atrapalhe a sua vida.

As falas dos produtores dizem muito para a sociedade, para os ambientalistas, para todos os que buscam a conservação, pois são, muitas vezes, duras, cheias de rancor, de raiva. Quiçá elas sirvam para alertar o Governo e os órgãos competentes de que é necessário conservar a natureza, mas sem extinguir o homem, como disse um dos produtores numa das falas mais marcantes: *“eles preservam a natureza, mas põem em extinção o homem, pois não dão nenhum recurso ou mesmo uma solução para os produtores daqui.”* (A. E. G., 44 anos).

É preciso entender o homem dentro do seu mundo, o que pensa, sente, no que acredita. É com esse pensamento que se deve organizar um ambiente favorável ao diálogo, à participação, à troca de idéias, de modo a ter cidadãos socialmente participantes, e não apenas espectadores de um mundo ao seu redor, mas seres ativos, que tomam para si as responsabilidades de transformação, de construção de uma vida melhor, em que homem e natureza estejam integradas e no mesmo patamar de valor.

Conclusões

Quanto à questão da Gestão Ambiental no entorno do PARNA Montanhas do Tumucumaque, na visão dos produtores do Assentamento Perimetral, verificou-se o quanto eles estão insatisfeitos com o Parque, o quanto se ressentem por terem suas vidas preteridas em função da natureza.

Na análise dos relatos dos produtores, constatou-se a dura realidade da Unidade de Conservação que existe fora da vida da comunidade, como se os homens não fizessem parte do ambiente natural. Os produtores deixam transparecer claramente a percepção negativa que têm da gestão ambiental do entorno do PARNA Montanhas do Tumucumaque, ao usarem palavras de descaso ou dizeres revoltosos em suas respostas nas entrevistas realizadas.

Através da pesquisa, foi verificada uma mudança drástica na vida dos produtores do entorno que, antes, podiam usufruir da natureza, sem que tivessem fiscalização ou proibições; com a implantação do Parque, porém, foram obrigados a redirecionar suas práticas sem, por isso, serem recompensados ou esclarecidos – atitude essa de suma importância – a respeito da importância daquela providência governamental.

Está claro que deverá ser realizada uma forte intervenção por parte dos órgãos de Governo Federal, Estadual e local, para que os produtores e o Parque sejam valorizados e possam coabitar no mesmo espaço. Uma política de desenvolvimento sustentável, socialmente justa e culturalmente aceitável se faz necessária para a população do entorno, que apontou em seus dizeres a falta de possibilidades de trabalho que rendam o suficiente para uma sobrevivência digna.

Ficou patente, também, que os produtores rurais vêm a preservação da natureza como importante, mas que ela deverá está no mesmo nível de importância de suas vidas. A natureza para eles é valiosa, mas eles, os moradores, as pessoas também o são.

Comprovou-se que atividades de educação ambiental e propostas de trabalho serão bem recebidas, pois, além de necessárias, é urgente mudar a percepção do Parque como inútil, como uma novidade que tira dos produtores todas as possibilidades de vida digna. Por isso dizemos ser urgente que ele possa ser visto como importante, mas isso só acontecerá quando os habitantes do entorno sentirem que há outras alternativas para sua sobrevivência e elas deverão ser de cunho econômico, político e educacional.

Os produtores do entorno não podem viver somente da beleza do parque, pelo menos não ainda, eles carecem de recursos do Governo Federal, de investimentos sérios do IBAMA e do INCRA para que o PARNA Montanhas do Tumucumaque não sofra as conseqüências de uma decisão unilateral.

Esperamos que esses dizeres ecoem na mente de todos os que acreditam na vida, de todos os que percebem a importância da natureza para o homem e da relação de bem estar do homem para com ela, para que, no amanhã, tenhamos vida na sua plenitude maior: homem e natureza parceiros na luta pelo Universo.

Referências

BEGOSSI, A. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Editora Hucitec: NEPAM/UNICAMP: NUPAUB/USP: FAPESP, 2004.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

DEMO, P. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DIAS, G. **Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Benjamin Abdala Jr.** São Paulo: Abril Educação, 1980.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

HAMMES, V. S. (org). **Proposta metodológica de macroeducação**. 2. ed. São Paulo: Globo/Embrapa, 2004a.

HAMMES, V. S. (org). **Ver: percepção do diagnóstico ambiental**. 2. ed. São Paulo: Globo/Embrapa, 2004b.

HAMMES, V. S. (org). **Julgar: percepção do impacto ambiental**. 2. ed. São Paulo: Globo/Embrapa, 2004c.

JORGE, S. P. S. **Política fundiária como instrumento de ordenamento territorial**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. **Naturalistic inquiry**. London: Sage Publications, 1985.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO; OLIVEIRA (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 97 -119.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, s/d.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (orgs). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.129 -152.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SOARES, M. C. C. (Coord). **Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências com UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: Funbio, 2002.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TUAN, Y-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Imagens da região:



Figura 03: BR-210 (Perimetral Norte), estrada que atravessa todo o assentamento perimetral criado oficialmente em 1987, em face da rodovia cortar o assentamento no sentido leste a oeste. Foto: José Newton Costa (Jan/2006)



Figura 04: Paisagem típica do Assentamento Perimetral, tendo ao fundo a floresta primária e, mas a frente área alterada, com capoeiras em vários estágios. Foto: José Newton Costa (Jan/2006).



Figura 05: Rio Riozinho, afluente do Rio Amapari. O rio chamado de Riozinho é um limite natural do assentamento, que por sua vez deságua no Rio Amapari, que também limita o assentamento com o Parque. Foto: José Newton Costa (Jan/2006)



Figura 06: Confluência dos rios Amapari e Anacuí. O rio Amapari, limite natural do Assentamento Perimetral com o PARNA Montanhas do Tumucumaque. Fonte: MMA/IBAMA-AP, GEA/SEMA (2005). Foto: Christoph Jaster – Arquivo: IBAMA/AP.



Figura 07: Formação rochosa do tipo “Pão de Açúcar”, paisagem típica da porção oeste do parque. Fonte: MMA/IBAMA-AP, GEA/SEMA (2005). Foto: Christoph Jaster – Arquivo: IBAMA/AP.

Informações sobre os autores:

[1] José Newton Costa – <http://lattes.cnpq.br/9684436494390324>
Mestre em Ciências Florestais e Ambientais; Analista Ambiental do IBAMA/SUPES/AP
Contato: jose-newton.costa@ibama.gov.br

[2] Julio César Rodríguez Tello – <http://lattes.cnpq.br/2365441375330268>
Dr. em Ciências Biológicas; Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais - PPGCIFA da Universidade Federal do Amazonas/UFAM
Contato: jtello@ufam.edu.br